

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Agosto/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'O15', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

**Compreender que há vantagens e desvantagens em tudo
facilita as escolhas.**

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, caneta marca texto, líquido corretivo, régua, borracha ou calculadora durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas, ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto seguinte.

O estranho ofício de escrever

*Éramos três condenados a escrever uma crônica diária em jornal: Rubem Braga no **Diário de Notícias**, Paulo Mendes Campos no **Diário Carioca** e eu no **O Jornal**. Um dia, numa hora de aperto, o Rubem perdeu a cerimônia: – Será que você não teria aí uma crônica pequeninha para me emprestar? Procurei uma e lhe cedi uma que talvez servisse.*

Tempos depois chegou a minha vez, e perguntei ao Rubem se não tinha uma crônica usada para servir este seu amigo. Pois não é que ele me passou a crônica que eu lhe havia cedido? Sou pobre, mas não sou soberbo. Ajeitei a crônica como pude, toquei-lhe uns remendos.

De toda crônica que publiquei na vida, houve sempre um leitor para achar que era a melhor e outro a pior que já escrevi. Nunca me esqueci do dia em que o Carlos Castello Branco me disse: – Eu, se fosse você, parava um pouco. Essa sua última crônica estava de amargar.

Parei dois anos por causa disso.

Quando recomecei, vez por outra recauchutava um escrito antigo, à falta de coisa melhor. Até que chegou o dia em que no meu estoque não restava senão uma, jamais republicada – justamente aquela que o Castellinho havia estigmatizado com seu implacável juízo crítico. Pois não é que veio ele me dizer, efusivo, a propósito da mesmíssima crônica: – É das melhores coisas que você já escreveu.

Havia-se esquecido, o mandrião. E por causa dele eu passara dois anos no estaleiro.

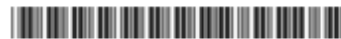
Quando lhe acusei a contradição, ele não se perturbou: – Agora achei boa. Ou a crônica melhorou, ou eu é que piorei.

(Adaptado de: MASSI, Augusto (org.) SABINO, Fernando. **Os sabiás da crônica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 151-152)

1. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) É comum haverem no mundo das crônicas de jornal hábitos de trocas de autorias que não podem leitor nenhum desconfiar.
 - (B) Não cabem aos cronistas amigos recusar essa troca de crônicas quando lhes falte a inspiração de textos criativos.
 - (C) São de se supor que os cronistas dediquem-se sempre a escrever textos originais, eximindo-se de repeti-los.
 - (D) Inclui-se entre os hábitos dos cronistas camaradas a possibilidade de virem a se valer de um banco comum de crônicas.
 - (E) Veem-se nas reações espantadas de Sabino o inconformismo diante das ambivalências do seu amigo Castellinho.

2. Fernando Sabino problematiza nesta crônica a recepção dos leitores e a questão do sempre discutível **gosto literário**, tal como se pode depreender deste enunciado:
 - (A) *recauchutava um escrito antigo, à falta de coisa melhor* (5º parágrafo).
 - (B) *havia estigmatizado com seu implacável juízo crítico* (5º parágrafo).
 - (C) *condenados a escrever uma crônica diária em jornal* (1º parágrafo).
 - (D) *perguntei ao Rubem se não tinha uma crônica usada* (2º parágrafo).
 - (E) *Ajeitei a crônica como pude, toquei-lhe uns remendos* (2º parágrafo).

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *Quando lhe acusei a contradição* (7º parágrafo) = tão logo lhe fiz ver sua discrepância.
 - (B) *Havia-se esquecido, o mandrião* (6º parágrafo) = dissimulava, o desatento.
 - (C) *Sou pobre, mas não sou soberbo* (2º parágrafo) = tenho humildade, apesar da imodéstia.
 - (D) *toquei-lhe uns remendos* (2º parágrafo) = aperfeiçoei uns traços seus.
 - (E) *vez por outra recauchutava um escrito antigo* (5º parágrafo) = aqui e ali aprimorava um texto memorável.



4. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O correto julgamento crítico ao qual muitos se arvoram não é tão comum sequer entre os escritores.
- (B) Os equívocos de julgamento em cujos muitos são vítimas podem comprometer uma carreira.
- (C) Os amigos cronistas trocavam crônicas de cuja falsa autoria, no entanto, nenhum leitor poderia suspeitar.
- (D) Os reparos críticos de que Castellinho aplicou à crônica de Sabino chegaram a abalar seu autor.
- (E) O paradoxo de julgamento com o qual seu amigo Castellinho incorreu foi bem lembrado por Sabino.

5. **Naquele dia Carlos Castello Branco me disse: – Eu, se fosse você, parava um pouco, porque essa sua última crônica está de amargar.**

Transpondo-se o texto acima para o discurso **indireto**, ele deverá ficar: **Carlos Castello Branco me disse, naquele dia, que,**

- (A) no lugar dele, devia parar um pouco, já que aquela sua última crônica estava de amargar.
- (B) mesmo que eu fosse você, deveria parar um pouco, estando de amargar esta minha última crônica.
- (C) fosse eu, você devia parar um pouco, porque esta última crônica é de amargar.
- (D) no seu caso, pararia um pouco, fosse sua essa sua última crônica de amargar.
- (E) se fosse eu, ele pararia um pouco, porque aquela minha última crônica estava de amargar.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 9, baseie-se no texto abaixo.

A longa caminhada do nosso cérebro

Ao longo de milhões de anos de caminhada aleatória, a evolução natural no planeta Terra costurou uma rede tridimensional, composta de feixes, folhas e bobinas de substância branca neural. Conduzindo e acelerando cargas eletrobiológicas diminutas, geradas por dezenas de bilhões de neurônios, esse arcabouço orgânico pariu um tipo de interação eletromagnética única, a qual dotou o cérebro de primatas de um precioso presente: o seu próprio ponto de vista.

De dentro da sinfonia recursiva e imprevisível produzida por esse computador orgânico analógico-digital, o cérebro nosso emergiu e dominou com requintes de virtuosidade o mecanismo biológico essencial da vida, que consiste em dissipar energias inúteis para embutir informações ricas em significado na própria carne.

A partir dessa receita de sobrevivência, nosso cérebro fez muito mais que simplesmente viver: ele construiu o universo humano usando a sopa de informação potencial generosamente oferecida pelo cosmos. Esse trabalho hercúleo só foi possível devido ao acúmulo cada vez maior de informação útil, de modo a que nosso cérebro desse acesso a formas de conhecimento, tecnologias, linguagens, interações sociais e construção da nossa realidade.

O que o futuro reserva para tanto trabalho cerebral? Autoaniquilação, uma nova espécie humana feita de zumbis biológicos digitais, ou o ansiado triunfo perene da condição humana? Seja qual for o destino reservado para essa trabalhosa jornada, certamente não haverá máquina capaz de superar as mais íntimas e doidivas alegorias criadas por nosso cérebro. Muito menos de substituir o espantoso universo que ele criou.

(Adaptado de: NICOLELIS, Miguel. **O Verdadeiro Criador de Tudo**. São Paulo: Planeta, 2020, p. 373-374)

6. Ao contrário do modo como operam as máquinas, nosso cérebro resguarda em si mesmo uma dimensão subjetiva, tal como expressamente entende o autor quando se refere à
- (A) possibilidade de constituirmos uma agremiação de zumbis biológicos.
- (B) criação de figuras imaginosas e simbólicas.
- (C) aceleração das cargas eletrobiológicas diminutas.
- (D) virtuosidade com que é defendido o mecanismo biológico da vida.
- (E) disposição de informações a serem recolhidas do cosmos.

7. Atentando-se para seu sentido no contexto, o segmento

- (A) *sopa de informação potencial* (3º parágrafo) fala da perturbação provocada pelo caos que nos cerca.
- (B) *o ansiado triunfo perene* (4º parágrafo) trata da previsão de uma glória incidental.
- (C) *o seu próprio ponto de vista* (1º parágrafo) refere-se ao conhecimento intuitivo que temos uns dos outros.
- (D) *sinfonia recursiva e imprevisível* (2º parágrafo) expressa a consonância recorrente e surpreendente dos componentes cerebrais.
- (E) *mecanismo biológico essencial da vida* (2º parágrafo) traduz o aproveitamento de informações aleatórias.



8. Considere as seguintes orações:

- I. Nosso cérebro se formou ao longo de milhões de anos.
- II. Nosso cérebro gerou bilhões de neurônios.
- III. Nosso cérebro nos dotou de um ponto de vista.

Essas orações organizam-se com correção e coerência neste período único:

- (A) Nosso cérebro, que nos dotou de um ponto de vista, formou-se ao longo de milhões de anos, gerando bilhões de neurônios.
- (B) Mesmo sendo dotado de um cérebro com bilhões de neurônios, nosso ponto de vista foi formado em milhões de anos.
- (C) Em que pese haver se formado ao longo de milhões de anos, nosso cérebro nos dotou de bilhões de anos com um ponto de vista.
- (D) Dotados de um ponto de vista ao longo de milhões de anos, nosso cérebro facultou-nos o uso de bilhões de neurônios.
- (E) Ao gerar bilhões de neurônios, formados ao longo de muitos milênios, nosso ponto de vista foi dotado de um cérebro.

9. **Chegará o dia em que haveremos de compor uma horda de zumbis a que venha a faltar uma real criatividade?**

Uma adequada articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima persistirá caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) chega – compuséssemos – faltasse
- (B) terá chegado – teríamos composto – faltaria
- (C) chegou – houvermos de compor – faltara
- (D) teria chegado – houvéssemos de compor – viesse a faltar
- (E) chegaria – comporemos – tivesse faltado

Raciocínio Lógico-Matemático

10. Alguns números naturais distintos entre si e maiores do que 1 foram escritos na lousa. O produto dos menores é 8 e o produto dos maiores é 45. A soma dos números escritos na lousa é

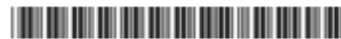
- (A) 42.
- (B) 17.
- (C) 43.
- (D) 20.
- (E) 21.

11. Maria investiu R\$ 6.000,00 em ações e perdeu 20% do valor investido. Para que Maria recupere a quantia investida inicialmente, a variação positiva necessária deve ser, em %, de

- (A) 30.
- (B) 20.
- (C) 32.
- (D) 25.
- (E) 28.

12. Em uma aula de dança formam-se duplas em que exatamente $\frac{1}{3}$ dos rapazes estão com moças e exatamente metade das moças estão com rapazes. Se há 12 rapazes, o número total de alunos dessa aula é

- (A) 21.
- (B) 18.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 20.



13. Pedro tem 5 porcos. A balança que tem disponível consegue pesar 4 porcos juntos. Pedro agrupou os porcos em grupos distintos de 4 porcos, pesou cada grupo e obteve os seguintes valores: 289,5 kg; 291,5 kg, 293,0 kg, 294,0 kg e 296,0 kg. O peso médio dos 5 porcos, em kg, é
- (A) 73,4.
 - (B) 74,0.
 - (C) 74,4.
 - (D) 73,2.
 - (E) 73,0.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. Conforme preceitua o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.098/2000 e nº 10.048/2000, as características do desenho e a instalação do mobiliário urbano devem garantir a aproximação segura e o uso por pessoa com deficiência visual, mental ou auditiva, a aproximação e o alcance visual e manual para as pessoas com deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras, atendendo às condições estabelecidas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Incluem-se nas condições narradas, dentre outras,
- (A) o uso do solo urbano, exceto para estacionamento.
 - (B) a instalação das aberturas, das botoeiras, dos comandos e outros sistemas de acionamento do mobiliário urbano.
 - (C) as espécies vegetais que tenham sua projeção fora da faixa de circulação de pedestres.
 - (D) os telefones públicos com cabine.
 - (E) as marquises, toldos, elementos de sinalização, luminosos e outros elementos que não tenham sua projeção sobre a faixa de circulação de pedestres.
-
15. O Município de São Paulo pretende construir um passeio público em área importante da cidade, de forma a garantir a segurança e a acessibilidade da população paulistana. No que concerne às características do passeio público, previsto expressamente na Lei nº 10.098/2000,
- (A) constitui elemento obrigatório de urbanização, todavia não faz parte da via pública.
 - (B) não constitui elemento obrigatório de urbanização, mas consiste em parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente.
 - (C) destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
 - (D) trata-se de elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, excepcionalmente segregado e no mesmo nível.
 - (E) destina-se somente à circulação de pedestres, não se admitindo sua destinação para implantação de mobiliário urbano ou vegetação.

Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

16. Considere:
- I. Lavrar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a ser homologado pelo(a) Diretor(a)-Geral de Administração, quando a violação ao Código de Ética não importar em dano de maior gravidade ou afronta direta aos princípios que regem a Administração Pública, desde que haja o reconhecimento da falta e o compromisso de reparação do eventual dano.
 - II. Sugerir instauração de processo para apuração de conduta que viola as normas éticas, desde que haja indícios suficientes.
 - III. Apresentar relatório semestral de suas atividades à Presidência do Tribunal, contendo a avaliação da atualidade do Código de Ética e as propostas e sugestões para seu aprimoramento e modernização.
 - IV. Apresentar o Código de Ética aos novos(as) servidores(as).
- No que diz respeito às atribuições do Comitê de Ética e Integridade previstas no Código de Ética dos(as) servidores(as) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.



17. Nos termos do Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ao(à) servidor(a) do referido Tribunal é permitida a aceitação de brindes, contanto que atendidos certos requisitos. O primeiro deles dispõe que os brindes não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem determinado valor unitário. O segundo requisito exige o respeito a um lapso temporal quanto à periodicidade da distribuição. Por fim, o terceiro requisito dispõe que tais brindes sejam de caráter geral, não se destinando a agraciar exclusivamente uma determinada pessoa. Acerca dos requisitos narrados, os brindes, para serem permitidos,
- (A) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 150,00, e a periodicidade da distribuição não deve ser inferior a 24 meses.
 - (B) não devem ultrapassar o valor unitário de R\$ 100,00; e a periodicidade da distribuição não deve ser inferior a 12 meses.
 - (C) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 200,00, e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 15 meses.
 - (D) não devem ultrapassar o valor unitário de R\$ 200,00; e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 20 meses.
 - (E) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 150,00, e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 15 meses.

Noções de Informática

18. A servidora Ana trabalha na vara civil de um tribunal e frequentemente acessa sistemas judiciais, manipula documentos sigilosos e recebe *e-mails* com arquivos anexos. Recentemente, percebeu lentidão no computador e janelas *pop-up* incomuns. Para evitar riscos à integridade e confidencialidade das informações tratadas, Ana decide adotar boas práticas de segurança digital com base na ação correta e segura no contexto da administração pública, que é:
- (A) compartilhar senhas com colegas de equipe, desde que o objetivo seja facilitar o trabalho conjunto em processos urgentes.
 - (B) abrir os arquivos no *e-mail* institucional, pois isso garante que estão livres de vírus.
 - (C) desativar temporariamente o antivírus para permitir a abertura de anexos recebidos por e-mail institucional, confiando que se trata de documentos judiciais.
 - (D) manter o antivírus e o *firewall* ativados, evitar abrir anexos suspeitos e acionar a equipe de TI ao notar comportamentos anormais no sistema.
 - (E) instalar *softwares* baixados de sites alternativos, desde que usados por colegas de trabalho a fim de agilizar o acesso aos documentos.
19. No Windows 10, a ação corretamente descrita é:
- (A) O Explorador de Arquivos permite acessar rapidamente pastas como Documentos, *Downloads* e Área de Trabalho através do menu "Acesso Rápido".
 - (B) A Cortana, assistente virtual da *Microsoft*, é obrigatoriamente ativada por padrão e não pode ser desativada.
 - (C) O Gerenciador de Tarefas pode ser acessado pressionando Ctrl + Alt + A.
 - (D) O Painel de Controle foi removido, sendo substituído pelo aplicativo Configurações.
 - (E) Arquivos enviados para a Lixeira são excluídos permanentemente e não podem ser restaurados.
20. O servidor João trabalha em um órgão do Poder Judiciário e precisa redigir uma minuta de decisão judicial em colaboração com outros dois colegas da unidade. Além disso, deverá armazenar documentos sensíveis com controle de acesso, agendar reuniões virtuais com partes externas e organizar uma planilha com prazos processuais. Dado que o órgão utiliza a plataforma *Google Workspace* institucional, a ação correta e adequada ao uso dessa plataforma é:
- (A) O agendamento de reuniões virtuais com partes externas deve ser feito exclusivamente por meio do WhatsApp, pois o *Google Workspace* não permite convites para usuários fora do domínio.
 - (B) João deve evitar o uso do recurso *Google Docs*, já que o uso de nuvem é inseguro, mesmo sendo fornecido institucionalmente.
 - (C) João deve enviar a minuta por *e-mail* em anexo a cada colega para que façam alterações separadamente e depois consolidar manualmente os documentos.
 - (D) João deve utilizar o *Google Drive* pessoal, já que o institucional tem acesso limitado, para armazenar documentos sensíveis.
 - (E) João pode usar o *Google Docs* para redigir a minuta colaborativamente em tempo real, armazená-la no Drive institucional com controle de acesso, agendar a reunião pelo *Google Agenda* e usar o *Google Sheets* para organizar os prazos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, considere a Constituição Federal de 1988.

21. Processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei federal cabe ao
- (A) Superior Tribunal de Justiça, podendo propô-la, dentre outros, o Presidente da República.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, podendo propô-la, dentre outros, o partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.
 - (C) Supremo Tribunal Federal, podendo propô-la, dentre outros, a mesa do Senado Federal.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça, podendo propô-la, dentre outros, a mesa da Câmara dos Deputados.
 - (E) Superior Tribunal de Justiça, podendo propô-la, dentre outros, o Procurador-Geral da República.
-
22. Em uma noite, Elzah, que é enfermeira, passeava na rua com o seu cachorro, quando viu um de seus vizinhos caído, desacordado, na garagem da casa dele. Elzah tocou diversas vezes a campainha mas, sem retorno, arrombou o portão do imóvel e penetrou na casa para prestar socorro ao seu vizinho. Diante dessa situação, Elzah
- (A) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre.
 - (B) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo durante o dia, por determinação judicial.
 - (C) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar, em qualquer circunstância, sem consentimento do morador.
 - (D) poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, dentre outros casos, para prestar socorro.
 - (E) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito.
-
23. Santiago, filho de chilenos, nasceu no Brasil quando os seus pais aqui estavam visitando amigos brasileiros. Ariane, filha de brasileiros, nasceu no México quando seus pais lá estavam a serviço do Brasil. Mariela, filha de brasileiros, nasceu na Alemanha quando seus pais lá estavam passando férias, tendo sido registrada em repartição brasileira competente. Santiago, Ariane e Mariela desejam um dia ser Presidente da República no Brasil. Com base apenas nas informações fornecidas, desde que cumpridos os requisitos legais,
- (A) apenas Mariela poderá exercer o cargo que pretende.
 - (B) apenas Santiago e Mariela poderão exercer o cargo que pretendem.
 - (C) apenas Ariane e Mariela poderão exercer o cargo que pretendem.
 - (D) apenas Santiago poderá exercer o cargo que pretende.
 - (E) Santiago, Ariane e Mariela poderão exercer o cargo que pretendem.
-
24. Erika, brasileira nata, 25 anos de idade, é advogada. Rogério, brasileiro naturalizado, 30 anos de idade, é professor. Sandra, brasileira nata, 36 anos de idade, analfabeta, é comerciante. Erika, Rogério e Sandra querem se candidatar ao Governo do Estado em que residem nas eleições de 2026. Considerando apenas as informações fornecidas, nessas situações,
- (A) Erika, Rogério e Sandra poderão exercer o cargo pretendido.
 - (B) apenas Rogério poderá exercer o cargo pretendido.
 - (C) apenas Erika e Sandra poderão exercer o cargo pretendido.
 - (D) apenas Erika poderá exercer o cargo pretendido.
 - (E) apenas Sandra poderá exercer o cargo pretendido.
-
25. Joana, brasileira nata, 73 anos de idade, é advogada com 45 anos de efetiva atividade profissional e sua filha, Letícia, brasileira nata, 40 anos de idade, também é advogada e possui 15 anos de atividade profissional. Máximo, marido de Joana e pai de Letícia, brasileiro naturalizado, 66 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com vinte anos de efetivo exercício. Nessas situações, com base somente nas informações fornecidas, considerando que todos possuem notório saber jurídico e reputação ilibada, um Tribunal Regional do Trabalho poderia ser composto por
- (A) Máximo, apenas.
 - (B) Letícia, apenas.
 - (C) Letícia e Máximo, apenas.
 - (D) Joana, Letícia e Máximo.
 - (E) Joana e Letícia, apenas.

**Direito Administrativo**

26. Inocêncio Modesto foi nomeado e empossado em cargo efetivo da Administração Pública Federal, sendo que no vigésimo mês de exercício foi flagrado recebendo propina para favorecer uma empresa em licitação na qual atuava como agente de contratação. Em vista de tal situação e à luz da legislação vigente,
- (A) em razão da primariedade do servidor, caso comprovada a autoria e materialidade em regular processo disciplinar, deve ser apenado com suspensão.
 - (B) deve-se concluir pela irregularidade da designação de servidor ainda não estável para exercício de função de agente de contratação, o que torna o procedimento licitatório inválido e, por consequência, impossível a punição do servidor.
 - (C) fica suspenso o estágio probatório até o término do processo administrativo de apuração da conduta.
 - (D) é obrigatória a demissão do servidor, caso comprovada a autoria e materialidade em regular processo disciplinar.
 - (E) o servidor deve ser exonerado, antes do fim do estágio probatório, sob pena de preclusão do *jus puniendi*.
-
27. A propósito dos cargos públicos,
- (A) o acesso aos cargos públicos é reservado aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo que os demais casos dependem de autorização legal.
 - (B) compete à Chefia do Poder Executivo prover todos os cargos da Administração Pública do respectivo ente da federação.
 - (C) sua criação pode ser feita por ato infralegal, desde que não haja aumento de despesa.
 - (D) compete à Chefia do Poder Executivo dispor, por decreto, sobre a extinção de cargos públicos, ainda que providos, desde que haja referendo do ato pelo Poder Legislativo.
 - (E) é inconstitucional a transformação, por decreto, de cargo comissionado em função de confiança, ainda que não haja aumento de despesa.
-
28. Dada a natureza pública dos seus bens, aplica-se o regime de precatório à generalidade
- (A) das organizações sociais.
 - (B) das associações públicas.
 - (C) das sociedades de economia mista.
 - (D) das empresas públicas.
 - (E) dos conselhos profissionais.
-
29. Acerca do regime constitucional dos servidores públicos, o § 3º do art. 39 da Constituição Federal de 1988 (CF) garante aos titulares de cargo público determinados direitos relacionados no art. 7º da CF, dentre eles:
- I. piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - II. remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
 - III. adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) I.
 - (E) II e III.
-
30. Segundo a Lei nº 14.133/2021, "as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa...". Dentre as linhas de defesa mencionadas, a segunda linha de defesa compreende, nos exatos termos da lei,
- (A) as unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.
 - (B) os servidores e empregados públicos, os agentes de licitação e as autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
 - (C) as ouvidorias públicas e os conselhos de políticas públicas.
 - (D) o órgão central de controle interno da Administração e o tribunal de contas.
 - (E) as controladorias e corregedorias da Administração.

**Direito do Trabalho**

31. Ana foi demitida sem justa causa sem que o seu empregador soubesse do seu estado gravídico. De acordo com o quanto previsto na Constituição Federal de 1988 e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST),
- (A) a empregada demitida tem direito aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade apenas se forem requeridos durante o período de estabilidade provisória.
 - (B) a trabalhadora demitida tem direito à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até três meses após o parto, devendo, portanto, ser reintegrada com o pagamento dos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.
 - (C) a trabalhadora demitida tem direito à reintegração ainda que requerida após o término do seu período de estabilidade provisória, bem como ao pagamento de indenização.
 - (D) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador o exime do dever de reintegração da trabalhadora, bem como do pagamento de indenização pelo período de estabilidade provisória.
 - (E) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito da trabalhadora ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade provisória.
-
32. De acordo com a legislação vigente, a relação de emprego é
- (A) um tipo de relação de trabalho que se caracteriza pela prestação pessoal de serviços, independentemente de serem remunerados ou não.
 - (B) exercida de forma subordinada entre uma pessoa física e uma pessoa jurídica, assim como a relação de trabalho.
 - (C) um tipo de relação de trabalho exercida de forma pessoal, não eventual, onerosa e subordinada.
 - (D) qualquer relação de trabalho desde que seja formalizada por contrato escrito.
 - (E) qualquer relação de trabalho prestada de forma onerosa a uma pessoa jurídica.
-
33. De acordo com as previsões legais inseridas pela Lei nº 13.467/2017, o teletrabalho
- (A) tem sua validade, como regime de prestação de serviços, dependente do cumprimento das regras sobre limitação de jornada previstas pelo ordenamento jurídico.
 - (B) caracteriza-se pela prestação de serviços realizada fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.
 - (C) é regime que exclui a responsabilidade do empregador por doenças ou acidentes tendo em vista a liberdade de organização e atuação do empregado em local diferente das dependências do empregador.
 - (D) é considerado como a prestação de serviços realizada, exclusivamente, fora das dependências da empresa, sem a fiscalização desta e com total autonomia do empregado.
 - (E) é considerado como prestação de serviços que não admite o comparecimento do empregado às dependências do empregador ainda que para realização de atividades específicas.
-
34. De acordo com as regras legais que disciplinam o trabalho intermitente,
- (A) a convocação do empregado para a prestação de serviços deve ser respondida no prazo de um dia útil de forma escrita e justificada, sob pena de rescisão do contrato de trabalho firmado.
 - (B) recebida a convocação, o empregado terá o prazo de três dias úteis para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
 - (C) em razão da possibilidade de recusa da oferta de trabalho pelo trabalhador, nos contratos de trabalho intermitente o critério de subordinação resta descaracterizado.
 - (D) o empregador convocará o empregado, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com pelo menos, três dias corridos de antecedência, sendo que, recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
 - (E) o período de inatividade é considerado tempo à disposição do empregador, podendo o empregado manter outras atividades desde que atenda, preferencialmente, ao contrato de trabalho intermitente firmado com seu empregador.
-
35. De acordo com o que prevê a Constituição Federal de 1988 sobre o sistema de organização sindical brasileiro,
- (A) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da mesma categoria econômica ou profissional em uma mesma base territorial.
 - (B) é adotado o sistema da unicidade sindical previsto pela Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, sendo permitida a criação de apenas um sindicato por categoria econômica e profissional na mesma base representativa.
 - (C) é vedada a criação de sindicatos com base territorial superior a um município, independentemente da categoria econômica e profissional que eles representem.
 - (D) é adotado o princípio da liberdade sindical que permite a livre criação de sindicatos da mesma categoria econômica ou profissional na mesma base territorial, independentemente de autorização estatal.
 - (E) é adotado o sistema de pluralidade sindical previsto pela Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, permitindo a livre criação de sindicatos desde que seja obtida a autorização estatal para sua constituição.



36. De acordo com as normas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho, o grupo econômico resta caracterizado sempre que uma ou mais empresas, ainda que cada uma delas possua personalidade jurídica própria,
- (A) estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ainda que guardem cada uma sua autonomia.
 - (B) compartilharem do mesmo quadro societário, ainda que mantenham sua escrituração contábil de forma independente.
 - (C) possuírem uma escrituração contábil unificada e um fundo financeiro comum.
 - (D) possuírem o mesmo quadro societário, embora cada uma delas mantenha a sua autonomia administrativa.
 - (E) possuírem o mesmo capital social e o mesmo controle administrativo.
-
37. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com as disposições legais que preveem regras de proteção ao salário,
- (A) é garantida a irredutibilidade salarial, sendo vedada qualquer redução salarial do empregado ainda que disposta em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
 - (B) é possível a redução salarial a qualquer momento da vigência do contrato de trabalho, mas desde que seja apresentada justificativa prévia pelo empregador.
 - (C) é garantida a irredutibilidade salarial, sendo, porém, admitida sua redução por comum acordo entre empregado e empregador, desde que o empregado tenha diploma de nível superior.
 - (D) é garantida a irredutibilidade salarial, admitida, entretanto, a redução salarial caso seja prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
 - (E) é permitida a redução salarial no decorrer do contrato de trabalho mediante acordo individual firmado entre empregado e empregador, desde que o empregado receba salário igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do regime geral da Previdência Social.
-
38. Roberto trabalhou por oito anos na mesma empresa mediante contrato de trabalho reconhecido em sua carteira de trabalho e previdência social nos moldes previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Foi admitido em abril de 2016 e demitido em agosto de 2024, recebendo as parcelas rescisórias, inclusive o aviso prévio na forma indenizada, no prazo de dez dias após o aviso de dispensa. Por entender que havia parcelas devidas e não pagas pelo seu empregador procurou um advogado para ingressar com a ação trabalhista. Diante desta situação e considerando a legislação vigente e as Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho em relação aos prazos prescricionais, o advogado orientou Roberto no sentido de que o prazo prescricional para o ajuizamento da ação trabalhista é de
- (A) dois anos após a extinção do contrato de trabalho, sendo sua contagem iniciada após o término do período de aviso prévio, podendo o trabalhador pleitear os créditos relativos a todo o período laborado.
 - (B) cinco anos após a extinção do contrato de trabalho, sendo sua contagem iniciada no dia seguinte da data da efetiva dispensa, não sendo considerado o período de aviso prévio, podendo o trabalhador pleitear os créditos relativos aos últimos cinco anos do contrato de trabalho.
 - (C) cinco anos após a extinção do contrato de trabalho, sendo sua contagem iniciada após o término do período de aviso prévio, podendo o trabalhador pleitear os créditos relativos aos últimos dois anos contados da data do ajuizamento da ação.
 - (D) dois anos após a extinção do contrato de trabalho, sendo sua contagem iniciada no dia seguinte da data da efetiva dispensa, não sendo considerado o período de aviso prévio, podendo o trabalhador pleitear os créditos relativos aos últimos cinco anos contados da rescisão contratual.
 - (E) dois anos após a extinção do contrato de trabalho, sendo sua contagem iniciada após o término do período de aviso prévio, podendo o trabalhador pleitear os créditos relativos aos últimos cinco anos contados da data do ajuizamento da ação.
-
39. De acordo com a legislação trabalhista vigente, o adicional de insalubridade e o adicional de periculosidade são devidos, respectivamente, no percentual de
- (A) 40%, 20% e 10% do salário-mínimo, a depender do grau de insalubridade apurado, respectivamente, máximo, médio ou mínimo, e de 30% sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, sendo que, na presença de ambas as condições, o trabalhador deverá optar pelo recebimento de apenas um adicional.
 - (B) 40%, 20% e 10% a depender do grau de insalubridade apurado, respectivamente, máximo, médio ou mínimo, e de 30%, sendo ambos os adicionais apurados sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, e, na presença de ambas as condições, o trabalhador deverá optar pelo recebimento de apenas um adicional.
 - (C) 30%, 20% e 10% do salário-mínimo, a depender do grau de insalubridade apurado, respectivamente, máximo, médio ou mínimo, e de 30% sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, sendo que, na presença de ambas as condições, o trabalhador deverá receber os dois adicionais posto que decorrentes de fatos geradores diversos.
 - (D) 40%, 20% e 10% do salário-mínimo, a depender do grau de insalubridade apurado, respectivamente, máximo, médio ou mínimo, e de 30% sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, sendo que, na presença de ambas as condições, o trabalhador deverá receber os dois adicionais posto que decorrentes de fatos geradores diversos.
 - (E) 30%, 20% e 10% do salário-mínimo, a depender do grau de insalubridade apurado, respectivamente, máximo, médio ou mínimo, e de 20% sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, sendo que, na presença de ambas as condições, o trabalhador deverá optar pelo recebimento de apenas um adicional.

**Direito Processual do Trabalho**

40. De acordo com as previsões legais, a distribuição dinâmica do ônus da prova refere-se
- (A) ao princípio da oralidade que rege o processo do trabalho pelo qual as provas devem ser dinâmicas e apresentadas, preferencialmente, na audiência de instrução e julgamento na presença das partes e do juiz.
 - (B) ao princípio da igualdade de oportunidade da produção da prova pelo qual reclamante e reclamado devem apresentar as provas que entenderem pertinentes ao processo sem a interferência do juízo.
 - (C) à possibilidade do juízo em atribuir o ônus da prova de modo diverso nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo probatório ou ainda à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
 - (D) à regra geral quanto ao encargo probatório de demonstrar os fatos tais como ocorreram, sendo incumbência do reclamante apresentar as provas quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao reclamado a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do reclamante.
 - (E) à possibilidade do juízo, diante de dúvida considerável, interpretar a prova produzida em benefício do empregado, geralmente autor da ação em razão do princípio do *in dubio pro misero*.
-
41. Conforme previsão constitucional, são órgãos da Justiça do Trabalho o
- (A) Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista e os juízes do trabalho.
 - (B) Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os juízes do trabalho.
 - (C) Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os juízes do trabalho e os sindicatos.
 - (D) Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho.
 - (E) Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as juntas de conciliação e julgamento.
-
42. A Emenda Constitucional 45/2004 instituiu o sistema de súmulas vinculantes pelo qual o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmulas de efeito vinculante a partir de sua publicação no Diário Oficial. Nesse contexto, as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal
- (A) não são consideradas fontes do Direito Processual do Trabalho e, portanto, não vinculam as decisões dos Tribunais que compõem a Justiça do Trabalho tendo em vista o princípio protetor que rege as relações de trabalho.
 - (B) não são consideradas fontes do Direito Processual do Trabalho e não vinculam as decisões dos órgãos que compõem a Justiça do Trabalho em razão do princípio constitucional da dignidade humana.
 - (C) são consideradas fontes subsidiárias do Direito Processual do Trabalho e vinculam apenas as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) são consideradas fontes diretas do Direito Processual do Trabalho e vinculam todos os órgãos que compõem a Justiça do Trabalho.
 - (E) não são consideradas fontes do Direito Processual do Trabalho em razão da sua autonomia constitucional e, portanto, não possuem efeito vinculante em relação às decisões dos Tribunais que compõem a Justiça do Trabalho.
-
43. De acordo com as previsões legais sobre os prazos para a prática de atos processuais na Justiça do Trabalho, a contestação deve ser apresentada até a data da audiência na forma escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico,
- (A) ou, se apresentada na forma oral, no prazo de 10 minutos durante a realização da audiência, a exceção de incompetência territorial deve ser apresentada em cinco dias a contar da notificação, antes da realização da audiência, e a reconvenção não é cabível no processo do trabalho em razão do princípio da celeridade processual.
 - (B) não sendo permitida sua apresentação oral durante a realização da audiência, a exceção de incompetência territorial deve ser apresentada em até 5 dias a contar da notificação, antes da realização da audiência, e a reconvenção, se for o caso, no mesmo prazo da contestação.
 - (C) ou, se apresentada na forma oral, no prazo de 20 minutos durante a realização da audiência, a exceção de incompetência territorial deve ser apresentada em preliminar de contestação, e a reconvenção não é cabível no processo do trabalho em razão do princípio da celeridade processual.
 - (D) ou, se apresentada na forma oral, no prazo de 20 minutos durante a realização da audiência, a exceção de incompetência territorial deve ser apresentada em preliminar de contestação, e a reconvenção, se for o caso, no mesmo prazo da contestação.
 - (E) ou, se apresentada na forma oral, no prazo de 20 minutos durante a realização da audiência, a exceção de incompetência territorial deve ser apresentada em cinco dias a contar da notificação, antes da realização da audiência, e a reconvenção, se for o caso, no mesmo prazo da contestação.



44. De acordo com as previsões da Instrução Normativa 30/2007 do Tribunal Superior do Trabalho, que trata da tramitação dos processos por meio eletrônico, no âmbito da Justiça do Trabalho
- (A) somente o envio de petições e recursos é possível por meio eletrônico, sendo que a prática dos demais atos processuais não é admitida nessa modalidade.
 - (B) o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico não são admitidos tendo em vista o princípio da concentração dos atos processuais em audiência una.
 - (C) o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral, por meio eletrônico, só será admitido mediante uso de assinatura eletrônica criada no sítio eletrônico do tribunal competente para apreciar o processo.
 - (D) o envio de petições e de recursos só será admitido mediante uso de assinatura eletrônica obtida perante os Tribunais Regionais do Trabalho.
 - (E) o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral, por meio eletrônico, serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica que será admitida sob as seguintes modalidades: assinatura digital, baseada em certificado digital emitido pelo ICP-Brasil, com uso de cartão e senha ou assinatura cadastrada, obtida perante o Tribunal Superior do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, com fornecimento de *login* e senha.
-
45. Com relação aos honorários de sucumbência devidos aos advogados no processo do trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê, expressamente, que estes serão devidos ao advogado,
- (A) ainda que esteja atuando em causa própria, fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (B) ainda que atuando em causa própria, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (C) desde que não esteja atuando em causa própria, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (D) desde que não esteja atuando em causa própria, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (E) desde que não esteja atuando em causa própria, fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
-
46. De acordo com as disposições legais aplicáveis, no processo do trabalho o devedor, seguindo a ordem preferencial, deve nomear para penhora dinheiro em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira,
- (A) títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado, títulos e valores mobiliários com cotação em mercado, veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves.
 - (B) bens imóveis, bens móveis em geral, títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado, semoventes, títulos e valores mobiliários com cotação em mercado, veículos de via terrestre, navios e aeronaves.
 - (C) títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, títulos e valores mobiliários com cotação em mercado, veículos de via terrestre, navios e aeronaves.
 - (D) títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado, títulos e valores mobiliários com cotação em mercado, veículos de via terrestre, navios e aeronaves, bens imóveis e bens móveis em geral.
 - (E) veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado, títulos e valores mobiliários com cotação em mercado.
-
47. Considerando o sistema recursal trabalhista previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, no processo do trabalho
- (A) as decisões interlocutórias são irrecorríveis de imediato e só poderão ser apreciadas se suscitadas em preliminar de recurso da decisão definitiva, sendo sua apreciação prévia pelo Tribunal requisito para o prosseguimento do recurso.
 - (B) as decisões interlocutórias são irrecorríveis de imediato e só poderão ser apreciadas se suscitadas por agravo de instrumento a ser interposto juntamente com o recurso da decisão definitiva.
 - (C) é cabível o recurso imediato das decisões interlocutórias por meio de agravo de instrumento a ser interposto no prazo de 8 dias contados a partir da ciência da decisão a ser impugnada.
 - (D) as decisões interlocutórias são irrecorríveis de imediato e só poderão ser apreciadas se suscitadas em recurso da decisão definitiva.
 - (E) é cabível o recurso imediato das decisões interlocutórias por meio do agravo de instrumento a ser interposto no prazo de 10 dias contados a partir da ciência da decisão a ser impugnada.



48. Sobre a representação da parte na fase recursal, o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho é no sentido de que
- (A) verificada a irregularidade de representação da parte em fase recursal, em procuração ou substabelecimento já constante dos autos, o relator ou o órgão competente para julgamento do recurso designará prazo de 5 dias para que seja sanado o vício, sendo que, descumprida a determinação, o relator conhecerá do recurso, mas negará provimento.
 - (B) é admissível recurso firmado por advogado sem procuração juntada aos autos tendo em vista que o processo do trabalho é regido pelo princípio da informalidade dos atos processuais.
 - (C) verificada a irregularidade de representação da parte em fase recursal, em procuração ou substabelecimento já constante dos autos, o relator ou o órgão competente para julgamento do recurso designará prazo de 5 dias para que o advogado providencie a regularidade processual, sendo que, descumprida a determinação, o relator determinará a intimação da parte para que constitua novo advogado.
 - (D) verificada a irregularidade de representação da parte em fase recursal, em procuração ou substabelecimento já constante dos autos, o relator ou o órgão competente para julgamento do recurso designará prazo de 5 dias para que seja sanado o vício, sendo que, descumprida a determinação, o relator não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente, ou determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido.
 - (E) é admissível recurso firmado por advogado sem substabelecimento juntado aos autos até o momento da interposição do recurso, desde que haja nos autos procuração para os demais advogados que compõem o escritório a que pertence o subscritor.

Direito Civil

49. A impenhorabilidade do bem de família da Lei nº 8.009/1990
- (A) compreende apenas as benfeitorias necessárias e úteis e os equipamentos, salvo de uso profissional, além dos móveis que guarnecem a casa, estejam ou não quitados.
 - (B) compreende apenas as benfeitorias necessárias e úteis e todos os equipamentos, inclusive de uso profissional, além dos móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.
 - (C) compreende as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive de uso profissional, além dos móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.
 - (D) alcança os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.
 - (E) não pode ser oposta aos débitos de natureza trabalhista.
50. Analise as proposições abaixo, acerca da novação:
- I. A novação por substituição do devedor depende de consentimento deste.
 - II. Podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas.
 - III. Em regra, a novação extingue os acessórios e garantias da dívida.
 - IV. A novação importa exoneração do fiador quando feita sem seu consentimento com o devedor principal.
- De acordo com o Código Civil, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
51. Por ocasião da conclusão de um contrato, Romeu deu a Mário quantia em dinheiro a título de arras. De acordo com o Código Civil, em caso de inexecução por parte de Romeu, Mário poderá
- (A) ter o contrato por desfeito, retendo a quantia, sem direito a indenização suplementar nem possibilidade de exigir o cumprimento do contrato.
 - (B) ter o contrato por desfeito, retendo a quantia, além de pedir indenização suplementar, se provar maior prejuízo, valendo as arras como taxa mínima. Pode também exigir a execução do contrato, com perdas e danos, valendo as arras como mínimo da indenização.
 - (C) apenas ter o contrato por desfeito, retendo a quantia dada a título de arras.
 - (D) apenas exigir o cumprimento do contrato, retendo a quantia como taxa máxima de indenização.
 - (E) ter o contrato por desfeito, além de pedir indenização suplementar, se provar maior prejuízo, valendo as arras como taxa máxima de indenização. Pode também exigir a execução do contrato, com perdas e danos, valendo as arras como máximo da indenização.
52. De acordo com o Código Civil, a garantia contra a evicção
- (A) subsiste ainda que a aquisição tenha ocorrido em hasta pública.
 - (B) é instituto próprio dos negócios gratuitos.
 - (C) só existirá se prevista expressamente pelas partes.
 - (D) não pode ser diminuída nem excluída.
 - (E) pode ser diminuída, mas não excluída.

**Direito Processual Civil**

53. De acordo com o Código de Processo Civil, a ação monitória
- (A) pode ter como objeto a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel.
 - (B) somente admite citação pessoal.
 - (C) não admite reconvenção.
 - (D) não pode ser proposta contra Fazenda Pública ou contra o incapaz.
 - (E) admite defesa por meio de embargos monitórios, cuja oposição depende de prévia segurança do juízo.
-
54. De acordo com o Código de Processo Civil, a impugnação ao cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa
- (A) não pode versar sobre causas modificativas ou extintivas da obrigação posteriores à sentença.
 - (B) impede a prática de atos expropriatórios, ainda que não haja sido recebida no efeito suspensivo.
 - (C) possui, em regra, efeito suspensivo, o qual obsta inclusive os atos de substituição, reforço ou redução da penhora e avaliação de bens.
 - (D) corre nos próprios autos e não possui, em regra, efeito suspensivo, o qual depende de requerimento do executado e garantia do juízo.
 - (E) suspende a execução também contra os que não apresentaram impugnação, ainda que o respectivo fundamento diga respeito exclusivamente ao impugnante.
-
55. De acordo com o Código de Processo Civil, na execução da obrigação de fazer,
- (A) o executado será citado para satisfazê-la no prazo de 5 dias, ainda que outro conste do título executivo.
 - (B) é incabível a fixação de astreintes se estas não tiverem sido previstas no título executivo.
 - (C) o juiz, ao despachar a inicial, fixará multa por atraso no cumprimento, a qual não poderá ser reduzida se tiver constado do título executivo.
 - (D) o executado será citado para satisfazê-la no prazo de 15 dias, ainda que outro conste do título executivo.
 - (E) se o executado não satisfizer a obrigação, pode o exequente, nos próprios autos do processo, requerer a satisfação da obrigação à custa do executado ou pedir perdas e danos.
-
56. Analise as proposições abaixo, acerca da ação de consignação em pagamento:
- I. Consignado o pagamento, cessam para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, ainda que a demanda seja julgada improcedente.
 - II. Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 dias contados da data do respectivo vencimento.
 - III. Se o credor receber e der quitação, o juiz declarará extinta a obrigação e condenará o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios.
 - IV. Não realizado, no prazo de 5 dias do deferimento, o depósito da quantia devida, a ação de consignação em pagamento será julgada improcedente.
- De acordo com o Código de Processo Civil, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) II e IV.

**Direito Previdenciário**

57. A respeito do regime de previdência complementar (RPC) dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União:
- (A) Fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição no RPC, quando fará jus à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente.
 - (B) O RPC da União oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida e será efetivado por intermédio de entidade aberta de previdência complementar.
 - (C) Os participantes do RPC farão jus a um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, de caráter indenizatório.
 - (D) O servidor com remuneração inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS poderá aderir aos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, sem contrapartida do patrocinador, cuja base de cálculo será definida nos regulamentos.
 - (E) Os servidores que ingressarem no serviço público federal deverão solicitar inscrição no RPC no prazo de noventa dias, contados da data do efetivo exercício.
-
58. Sobre a filiação previdenciária de agentes públicos, o servidor
- (A) contratado por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público será necessariamente filiado ao RGPS.
 - (B) exonerado de seu cargo efetivo na União e posteriormente nomeado para exercer cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração no âmbito estadual poderá requerer sua filiação ao RGPS.
 - (C) ocupante de cargo efetivo no Estado e eleito deputado federal poderá requerer a suspensão de seu vínculo junto ao RPPS do Estado e filiar-se ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas.
 - (D) ocupante de cargo efetivo no Estado e eleito vereador deverá requerer a suspensão de seu vínculo junto ao RPPS do Estado e filiar-se ao RGPS.
 - (E) ocupante de cargo efetivo e que ministra aula em universidade privada deverá optar por apenas um dos regimes previdenciários, o RPPS ou o RGPS.
-
59. A Lei nº 8.213/1991 considera segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de empregado:
- (A) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.
 - (B) O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
 - (C) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
 - (D) Aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou a família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
 - (E) O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
-
60. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) sustenta-se sob as seguintes diretrizes constitucionais:
- (A) Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo RPPS com percentual igual ou inferior ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
 - (B) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do RPPS e do RGPS.
 - (C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (D) O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
 - (E) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos em lei complementar.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: item 12.3 Na **Prova de Redação** o candidato deverá desenvolver um texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre assunto de interesse geral. [...] 12.7 Na **Prova de Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova de Redação** pela Banca Examinadora. 12.8 Na **Prova de Redação**, deverão ser rigorosamente observados os **limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Texto I

A onda das bonecas hiperrealistas – os chamados bebês reborn – não é recente. Há pelo menos 30 anos esses brinquedos surgiram nos Estados Unidos, com artistas transformando bonecas comuns em réplicas realistas.

A riqueza de detalhes das artesãs, também chamadas de “cegonhas”, faz com que uma boneca possa chegar a quase R\$ 10 mil no Brasil. Nas redes sociais, mulheres aparecem trocando roupinhas de seus bebês reborn, dando mamadeira, levando para passear e algumas até os levam a hospitais.

(Adaptado de: Folha de S. Paulo. Bebê reborn: como a psicanálise explica nova onda? Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>)

Texto II

Vivemos tempos em que a fronteira entre fantasia e realidade está cada vez mais diluída. Criamos versões editadas de nós mesmos nas redes, montamos cenários para exhibir afetos, performamos relações. Não estamos apenas confundindo fantasia com realidade. Estamos desejando relações com aquilo que não sente, não responde, não escapa de nós. Com aquilo que pode ser desligado, deletado, reiniciado.

O bebê reborn está ali. Parado. Imóvel. E, ainda assim, é cuidado como se fosse real. Não responde. Não sente. Não cresce. E talvez seja justamente por isso que tanta gente o tenha escolhido. Não por loucura, mas por tentativa. Tentativa de encenar o cuidado num tempo em que as relações reais parecem, para muitos, assustadoras ou distantes demais.

(Adaptado de: GEHM, Tauane. Bebês reborn: o que há por trás do espanto? Veja Saúde. Disponível em: <https://saude.abril.com.br>)

Com base nos textos **I** e **II** apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo, refletindo sobre o tema:

O esvaziamento da experiência real no mundo contemporâneo.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	

RASCUNHO



14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO